

1 INTRODUÇÃO

As formas de experimentar o tempo não foram sempre as mesmas. Cada sociedade, em seus diferentes momentos históricos, estabeleceu relacionamentos distintos com esta dimensão constitutiva da existência humana que é o tempo. Neste trabalho, procurou-se mapear alguns deslocamentos decisivos na forma de experimentar o tempo no mundo luso-brasileiro, na primeira metade do século XIX. Para tanto, se privilegiou a análise das transformações nos conceitos de história e literatura, bem como a reconfiguração dos campos discursivos nos quais esses conceitos foram inseridos. As construções discursivas que enfrentaram o problema de situar o mundo “luso-brasileiro” e, depois, o Império do Brasil, nas narrativas constitutivas da autoconsciência da modernidade foram especialmente destacadas.

A escolha do conceito como fenômeno histórico central e como guia para este estudo está fundamentada na percepção — demonstrada, no campo historiográfico, por Reinhart Koselleck¹ — de que os conceitos são, simultaneamente, produtores e produtos de transformações históricas. Na tentativa de mapear as modificações na experiência do tempo na modernidade, os conceitos mostram-se especialmente relevantes. São eles os instrumentos fundamentais constituídos para lidar com as transformações na experiência do tempo, em particular, sua aceleração e redimensionamento das relações entre presente, passado e futuro.

O recorte cronológico escolhido coincide, não por acaso, com a constituição das narrativas legitimadoras da modernidade européia. A primeira parte da tese, denominada “história do sistema”, está voltada, especialmente, para a tensão progressiva entre um quadro conceitual herdado e a crescente consciência de crise do mundo lusitano, crise essa agravada pela ausência da corte e pela ocupação francesa. Através da trajetória política e intelectual de José Bonifácio de Andrada e Silva, foi possível acompanhar a constituição e esgotamento dos modelos conceituais que permitiram pensar projetos sucessivos de restauração e regeneração de Portugal. O foco da análise na obra de José Bonifácio mostrou-se

¹ Reinhart Koselleck. Uma História dos Conceitos. **Estudos Históricos**, p. 126.

altamente recompensadora, pois pela sua posição exemplar de homem de letras e de Estado do mundo luso-brasileiro, estava particularmente sensível às transformações sociais e políticas que ocorriam nos dois lados do Atlântico. Sua produção intelectual ampla e variada cruzou não apenas espaços geográficos distintos, mas um recorte temporal privilegiado.

Enquanto na França, Inglaterra e Prússia se consolidavam, no início do século XIX, as narrativas legitimadoras da modernidade como progresso linear, no mundo luso-brasileiro a experiência do tempo permanecia presa a modelos cíclicos.² Conceitos fundamentais como restauração apresentavam-se ricos em substrato histórico, pois remetiam aos diferentes momentos da “gloriosa” história portuguesa e da esperança de repetir uma sempre reivindicada Idade do Ouro.

A Independência do Brasil enquanto Império separado do reino de Portugal — e sua constituição como estado nacional moderno — representou o desafio limite para o quadro conceitual herdado do século XVIII luso-brasileiro. A constituição de um novo corpo político exigiu operações conceituais que dimensionassem o tipo de relacionamento com o tempo que a criação de uma individualidade histórica requeria. É na análise das limitações encontradas pelo quadro conceitual disponível, para a geração de José Bonifácio, no enfrentamento dessas questões que se anuncia a segunda parte da tese.

Denominada “o sistema da história”, a segunda parte acompanha a historicização progressiva do campo discursivo como resposta à experiência de aceleração do tempo e ao desafio de explicar a constituição da nação enquanto indivíduo histórico. O primeiro capítulo trata da constituição de um novo conceito de literatura fundado na idéia de expressão da nacionalidade. O segundo capítulo aborda o conceito de história, em particular, o projeto de escrita de uma “história geral do Brasil” desenvolvido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Procurou-se argumentar que, ao longo da década de 1830, se consolidou uma decisiva descontinuidade conceitual em resposta às novas formas de experimentar o tempo abertas com o processo de independência. O sentimento de aceleração do tempo foi respondido com a historicização progressiva de elementos fundamentais

² Cf. Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves. **As representações napoleônicas em Portugal: imaginário e política**, pp. 227-8. Kaori Kodama chega à conclusão semelhante ao analisar a concepção de tempo inerente às teorias de Martius sobre o índio americano. Cf. Kaori Kodama. **Martius e o IHGB**, um naturalista e os letrados na construção de uma história., pp. 97-102, na seção intitulada “tempo e vida”.

ao campo discursivo, com especial ênfase para os conceitos de história e literatura.

Na década de 1830, a disputa entre diferentes interpretações da história, em especial do episódio da Independência, ganhava conotações cada vez mais fundamentais na luta pelo poder. As diferentes tradições políticas procuravam consolidar e ampliar suas posições, o que implicava a ocupação do passado. Estava em jogo o próprio destino, na medida em que a configuração de um espaço de experiências prefigurava um campo de ação. Ao final dessa década, é estabelecido um campo de experiência histórica que estaria fadado a se tornar hegemônico a ponto de legitimar um discurso fundado na idéia de que havia um descompasso entre os conceitos básicos da tradição política liberal e ilustrada, herdada da geração da Independência, e a própria realidade em constituição.

Por fim, este trabalho pode ser definido como uma tentativa de dimensionar a experiência moderna no Brasil. A Modernidade, aqui, deve ser entendida menos como um conceito normativo, frente ao qual fosse possível medir o grau de modernização, e mais como um conjunto de fenômenos históricos que instauram uma **condição**. No interior dessa “condição” foram encaminhadas múltiplas respostas, todas igualmente “modernas”, embora de qualidades distintas.

As próximas seções discutem os caminhos teóricos e metodológicos trilhados no desenvolvimento dos problemas abordados neste trabalho.

Historiografia e política

Durante muito tempo, a historiografia, em especial a francesa, repudiou categorias como indivíduo, narrativa e político. A negação do que se chamava de factual e **historizante** dava-se em nome de um modelo de cientificidade que pretendia encontrar as leis do processo histórico nas estruturas inconscientes, na “realidade” coletiva ou nas regularidades lingüísticas. Essa “revolução” escolheu como inimigo público a epistemologia positivista.³ Tal projeto crítico, ao buscar novas bases para uma história rigorosamente científica, continuava, mais do que rompia, as pretensões positivistas.⁴ O maior inimigo dessa “revolução” era a

³ Sobre os Annales, ver François Dosse. **A história em migalhas**, *passim*.

⁴ Cf. Luiz Costa Lima. **A aguarrás do tempo**, p. 22.

mescla de elementos do historicismo⁵ com história a historizante.⁶ O ameaçador relativismo trazido pelo historicismo e sua ênfase na singularidade dos processos sociais, punha em xeque o universalismo e suas pretensões ao estabelecimento de leis e regularidades históricas.

A derrota do historicismo levou à desqualificação do político. Se a verdade estava além das consciências e intenções, a política e as ações dos indivíduos poderiam ser explicadas em outros domínios, fossem eles a economia, o inconsciente, as representações coletivas ou as mentalidades. O sentido era banido das ações humanas para as estruturas supra ou infra-históricas.

O fenômeno do retorno ao político ocorreu a partir do final da década de 1970 com o questionamento das sínteses estruturalistas. A revolta político-cultural iniciada em 1968 deixava evidente que a política e a subjetividade continuavam vigorando. Na historiografia, esse evento marcou uma mudança significativa.

As respostas do campo historiográfico às revoltas de maio de 68 foram múltiplas e nem sempre convergentes. Por exemplo, o fenômeno chamado por François Dosse de uma *história em migalhas*,⁷ i.e., a falência do projeto de uma história total em favor de uma historiografia do exótico, do privado e do íntimo, que resvala constantemente para o anedotário. Houve também tentativas diversas de recuperação da descontinuidade enquanto categoria histórica, seja em um projeto pós-estruturalista, inspirado na Arqueologia do Saber, de Michel Foucault, seja na revitalização de categorias como indivíduo, narrativa e evento por historiadores como Lawrence Stone,⁸ ou ainda, o projeto de uma “história social da política”, empreendida pelo grupo de René Rémond. Foi somente a partir dessas inflexões, com o questionamento do universalismo cientificista, que a historiografia pôde voltar a pensar sobre o lugar do indivíduo e da política.⁹ Nesse

⁵ Para o conceito de historicismo (historicismo culturalista, em especial o da Escola Histórica), tal como se utiliza neste trabalho, ver Francisco Calazans Falcon. *História e Representações Sociais*, pp. 18-9; Arno Wehling. **A invenção da história**, pp. 13-40 e Friedrich Meinecke. **El historicismo y su génesis**, *passim*.

⁶ Sobre a fusão de elementos positivistas e historicistas na historiografia francesa de fins do século XIX, Cf. Geoffrey Barraclough. **A história**, p. 110.

⁷ François Dosse. *Op. cit.*, *passim*.

⁸ Cf. Lawrence Stone. The revival of narrative: reflections on a new old history. **Past and Present**, pp. 3-24.

⁹ Sobre o retorno do político, ver os seguintes trabalhos: François Dosse. **História do estruturalismo**, v. 2, em especial, o capítulo “O declínio do paradigma estruturalista”. René Rémond (Org.). **Por uma história política**, *passim*.

contexto, uma releitura da tradição historista, em sua proximidade com a hermenêutica, pode mostrar novos caminhos para a reflexão sobre as relações entre o fazer historiográfico e a dimensão política.¹⁰

Não se trata aqui de um deslocamento de objetos, em que o objeto “social” fosse substituído pelo objeto “política”. Também não se trata de uma simples redefinição metodológica aos moldes de uma “história social da política”. Propõem-se um reforço na compreensão do exercício historiográfico a partir da retomada de seu vínculo originário com a política. Nas palavras de Hannah Arendt: “A ação, na medida em que se empenha em fundar e preservar corpos políticos, cria a condição para a lembrança, ou seja, para a história”.¹¹

Por isso, situar este trabalho como um exercício de história da historiografia significa privilegiar os problemas típicos daqueles enfrentados pelos historiadores do campo político. Não se escreve história sem ter em conta um conjunto de posicionamentos políticos que precisam ser corretamente dimensionados caso o historiador procure compreender o lugar de uma determinada historiografia no jogo de forças sociais.

Categorias como tempo, historicização, espaço público e modernidade são construídas, ao longo da tese, a partir do confronto entre as fontes e a bibliografia, em especial os trabalhos de Hannah Arendt,¹² Jürgen Habermas,¹³ Hans-Georg Gadamer,¹⁴ Reinhart Koselleck¹⁵ e Hans Ulrich Gumbrecht.¹⁶ Se do ponto de vista metodológico, as contribuições de Habermas e Koselleck são mais relevantes, o resgate do caráter normativo da concepção greco-romana de espaço público em Hannah Arendt é mais congruente com a autocompreensão oitocentista, em especial, a dos liberais, na medida em que reivindicavam a tradição da Antigüidade na qualificação do espaço público. Já em Heidegger, Gadamer e Gumbrecht, conceitos como tradição, sentido, historicidade e historicização, compreensão e interpretação são pontos de partida para o entendimento do

¹⁰ Sobre a questão, Francisco José C. Falcon. História e representação, p. 21.

¹¹ Hannah Arendt: **A condição humana**, pp. 16-7.

¹² *Ibidem*.

¹³ Jürgen Habermas. **Mudança estrutural da esfera pública**, *passim*.

¹⁴ Hans-Georg Gadamer. **Verdad y método**, *passim*.

¹⁵ Reinhart Koselleck: **Crítica e crise**, *passim*.

exercício historiográfico.

A opção pela **história dos conceitos** (*Begriffsgeschichte*) se explica pelo esforço em compreender o fenômeno da modernidade em sua historicidade própria. Koselleck tem mostrado a produtividade dessa abordagem, tanto para a compreensão dos processos históricos, quanto para a autocompreensão da historicidade da prática historiográfica. A importância de sua obra está no fato de ter transformado a exigência teórica de uma **história do efeito** (*Wirkungsgeschichte*), tal como postulada por Gadamer, em um campo de investigação fundado na idéia de que o conceito é, ao mesmo tempo, produto e sujeito histórico.¹⁷

História da historiografia e historicismo

A reflexão contemporânea sobre a **história da historiografia** tem procurado mostrar como seu discurso, apesar de ter sido construído com a intenção de gerar instrumentos críticos do discurso histórico, acabou por se aprisionar nos mesmos dilemas. Nessa perspectiva, destaca-se o esforço de Frank Ankersmit, ao tentar conciliar a crítica formalista/neokantiana de Hayden White,¹⁸ com a ênfase historicista e antifundacionalista de Richard Rorty.

Em artigo, publicado em 1994, sobre as origens da historiografia pós-moderna, Ankersmit parte da afirmação de que a arte pós-modernista é a primeira forma artística que não está interessada em se localizar na **história da arte**. A partir desse ponto, o autor levanta as conseqüências de um desinteresse semelhante para a história da historiografia.¹⁹

Uma das principais características do pós-modernismo, segundo esse autor, é sua crítica às *metanarrativas* construídas ao longo da modernidade. Todavia, ao contrário do que se poderia pensar, esta crítica não assumiu sua forma mais radical em intelectuais contemporâneos como Lyotard, mas sim, no interior

¹⁶ Hans Ulrich Gumbrecht. "Cascatas de modernidade" In _____. **A modernização dos sentidos**, pp 9-32.

¹⁷ Hans-Georg Gadamer. *Op. cit.*, 370-7; Reinhart Koselleck. **L'expérience de l'histoire**, pp. 68-73.

¹⁸ Sobre esse autoproclamado neocriticismo, ver Hayden White: **Trópicos do discurso**, pp. 37; e sobre o historicismo, ver Richard Rorty. **A filosofia e o espelho da natureza**, *passim*.

¹⁹ Frank Ankersmit. The origins of postmodernist historiography. **Poznan Studies in the Philosophy of the Sciences and the Humanities**, p 88. Cabe observar que Ankersmit chama historiografia o que tenho, até aqui, chamado de história da historiografia.

mesmo da modernidade com o Historismo.²⁰

Ankersmit não foi o primeiro intelectual contemporâneo a chamar a atenção para o potencial crítico da tradição historista. Na Alemanha, diferente do que ocorreu no contexto intelectual francês após a Escola dos Annales, a tradição historista nunca foi abandonada. O fato a se destacar no trabalho de Ankersmit é o seu diagnóstico preciso ao afirmar que o historismo é, ainda, a principal fonte da consciência histórica contemporânea. Críticas como as que Lyotard levantou contra as grandes teorias explicativas ecoam os esforços de Ranke contra a filosofia da história hegeliana.

O pós-modernismo na historiografia pode ser visto, segundo Ankersmit, como a radicalização de uma posição historista. Ao postular a fragmentação da história universal ilustrada e suas filosofias totalizantes, o historismo chamou a atenção para as diferenças regionais, para os processos singulares e as formações históricas concretas. Essas formações históricas se diferenciavam por terem processos histórico-evolutivos distintos. A tarefa do historiador seria fazer com que essas diferenças fossem retratadas no produto final de seu trabalho, ou seja, a narrativa histórica.

Caso houvesse apenas uma narrativa histórica para cada época ou individualidade, não haveria problemas, pois as diferenças entre essas obras poderiam ser atribuídas às diferenças da própria realidade. Entretanto, continua Ankersmit, uma das conseqüências da consciência histórica aberta pelo historismo foi a multiplicação de narrativas históricas competitivas sobre uma mesma época ou individualidade histórica. Como então distinguir entre diferenças que podem ser atribuídas à realidade e meras diferenças interpretativas que aderem ao texto? Assim como a ênfase pós-moderna na diferença abre caminho para uma retomada do historismo, a multiplicação das narrativas históricas legitimaria uma abordagem “textualista”, pois tornaria tais narrativas equivalentes.²¹

Em um segundo momento, o autor irá se demorar no nível epistemológico a fim de aprofundar sua comparação inicial entre o historismo e o pós-modernismo. Partindo da clássica afirmação de Rorty — para quem toda epistemologia é fundada sobre uma metáfora de longo alcance —, Ankersmit sustenta que a

²⁰ *Ibidem*, p. 90.

²¹ *Ibidem*, p. 93.

epistemologia historista funda-se sobre a metáfora ótica do **ponto de vista**. A metáfora é ilustrada pela imagem, provida por L. O. Minsk, do historiador que observa o “rio da história” do alto de uma colina.

A conseqüência imediata dessa metáfora é a anulação do tempo da perspectiva do historiador. Nesse ponto, o autor se utiliza da análise gadameriana da noção de *intellectus infinitus* em Ranke: “A divindade, [...] a concebo dominando toda a humanidade histórica em seu conjunto e considerando-a toda de igual valor, já que antes dela não há tempo algum”.²²

Assim como frente a Deus não há profundidade temporal, também não haverá para o historiador, que poderia, desse modo, apreciar todas as épocas imparcialmente. O historiador permaneceria fora da história e do tempo. Curiosamente, Ankersmit encerra o argumento nesse ponto, correndo o risco de alimentar a confusão criada quando a imparcialidade *rankeana* é dluída no cientificismo positivista. Avançando na análise de Gadamer, percebe-se que, para Ranke, estar fora do tempo não significava exatamente estar fora da história. Os fundamentos teológicos da noção de imediaticidade da compreensão devem ser vistos à luz do idealismo alemão e de sua busca da experiência direta da realidade.²³

O pós-modernismo seria a destruição da metáfora historista do ponto de vista pela radicalização da noção também historista de “diferença”. Segundo o argumento de Ankersmit, o historismo limita a diferença ao passado. Para o pós-modernismo, é preciso arrastar o historiador para o regime da diferença ou historicidade. É ainda em “Verdade e Método” que Ankersmit busca a noção de **história do efeito** (*wirkungsgeschichte*):

Um pensamento verdadeiramente histórico tem que ser capaz de pensar, ao mesmo tempo, sua própria historicidade. [...] O verdadeiro objeto histórico não é um objeto, mas a unidade do um e do outro, uma relação na qual a realidade da história é idêntica a realidade da compreensão histórica. Uma hermenêutica adequada deve

²² “La divinidad, [...] la concibo como dominando a toda la humanidad histórica en su conjunto y considerandola toda igual de valiosa, ya que antes de ella no hay tiempo alguno”. Cf. Ranke, *Weltgeschichte* IX, 2, 5-7, apud Hans-Georg Gadamer. *Op. cit.*, p. 267. Ankersmit cita em alemão, do original de *Wahrheit und Methode*, aqui utilizo a tradução espanhola.

²³ Hans-Georg Gadamer. *Op. cit.*, pp. 268-9. Diferente do auto-apagamento positivista, que poderia ser caracterizado como negativo, em Ranke, esse movimento é positivo, implica poder assumir todos os pontos de vista, participar do movimento total da história, portanto, é uma exigência da *Bildung*.

mostrar na compreensão mesma a realidade da história. Ao conteúdo dessa exigência eu chamaria história do efeito.²⁴

Uma das funções básicas da noção de história do efeito em “Verdade e Método” é superar a crença, que se enraizou entre os historiadores, de que um correto arsenal metodológico é capaz de gerar um acesso imediato ao passado. Assim, se imagina que a parcialidade e o anacronismo poderiam ser relegados à pré-história da ciência histórica. Estar consciente da história do efeito significa saber que qualquer compreensão é afetada pelo horizonte histórico constituído pelos fatos da tradição, os quais permanecem sob a forma de bens culturais e das diversas camadas de recepção ou interesses históricos.

Para Ankersmit, a história do efeito pode ser compreendida como a historicização do sujeito transcendental histórico e, dessa forma, o clímax e o caso do historicismo, *i.e.*, o estabelecimento de um **ponto de vista da ausência de pontos de vista**.²⁵ A partir dessa dissolução da metáfora mestra do historicismo, o autor enumera três características básicas da escrita da história pós-moderna, a qual surge com a desepistemologização contemporânea da consciência histórica. A primeira é o questionamento da noção de contexto, que leva a uma apreciação individualista dos elementos do passado em contraposição ao holismo moderno.²⁶ A segunda característica é a destruição da metáfora-mestra do historicismo — que permitia a construção de uma imagem coerente, total e contínua —, com isso, o pós-modernismo transforma o passado num anárquico e democrático conjunto de pequenas narrativas.²⁷ A terceira e última característica dessa historiografia pós-modernista é o abandono da “ilusão” de profundidade do passado modernista, em favor da superficialidade.²⁸

Não são as conseqüências dessa transformação sobre a escrita da história que interessam, em primeiro lugar, a Ankermit, mas seus efeitos sobre a história da historiografia, *i.e.*, a investigação das formas como a história foi escrita ao

²⁴ “Un pensamiento verdaderamente histórico tiene que ser capaz de pensar al mismo tiempo su propia historicidad. [...] El verdadero objeto histórico no es un objeto, sino que es la unidad de lo uno e de lo otro, una relación en la que la realidad de la historia persiste igual que la realidad del comprender histórico. Una hermenéutica adecuada debe mostrar en la comprensión misma la realidad de la historia. Al contenido de este requisito yo le llamaría ‘historia efectual.’” Cf. Hans-Georg Gadamer. *Op. cit.*, p. 370.

²⁵ Frank Ankersmit. *Op. cit.*, p. 100.

²⁶ *Ibidem*, p. 102.

²⁷ *Ibidem*, p. 103.

²⁸ *Ibidem*, pp. 103-4.

longo do tempo. É retomando o conceito de *Wirkungsgeschichte* que procura situar o problema.

Se a história do efeito é o resultado da historicização dos pontos de vista históricos, é natural identificá-la com a história da historiografia. Entretanto, diz Ankersmit, em nenhum momento em sua obra Gadamer levanta tal questão, pelo contrário, afirma que a história do efeito não deve ser vista como uma nova disciplina auxiliar da história.²⁹ Ankersmit conclui que as exigências da *wirkungsgeschichte* confundem a fronteira entre a escrita da história e a história da historiografia.³⁰

Ao perder sua função epistemológica — na medida em que não é mais possível estabelecer um ponto de vista transcendental a partir do qual a linha evolutiva da escrita da história pudesse ser delineada — a história da historiografia perde sua razão de ser e pode, então, ser entendida como mais um recorte temático para a escrita da história. Assim como é feita a história da alimentação, das ciências, das mulheres, também é escrita a história da história. A história da historiografia deixaria de existir enquanto disciplina. Nesse ponto, Ankersmit tenta mostrar que somente em sua forma pós-modernista a história da historiografia poderia reivindicar um estatuto disciplinar.

A história da historiografia pós-modernista deverá, segundo Ankersmit, abandonar a preocupação em decifrar as formas através das quais os historiadores representam a realidade do passado, mesmo porque, como visto anteriormente, essa realidade migra rapidamente para o interior do próprio texto, que se torna opaco. O historiógrafo passará a se dedicar ao estudo dos mecanismos formais internos ao texto e às relações que o texto estabelece com as várias gerações de leitores. Da perspectiva do historiógrafo, todas as narrativas históricas seriam equiparáveis, pois os critérios tradicionais da correta/adequada representação do passado não mais estariam disponíveis:

Hence, for reasons of (historiographical) methodology we must deal with the text as if we could not see *through* it to a past lying behind or below it and thus be able to comment on the adequacy of the account of the past presented in it. From the

²⁹ Hans-Georg Gadamer. *Op. cit.*, 371.

³⁰ Frank Ankersmit. *Op. cit.*, 106.

historiographer's point of view the text must be regarded as a thing — as a *literary artifact*, to quote White — and not as a textual mimesis of the past.³¹

O que legitima, em última instância, esta abordagem textualista é a fé kantiana de White de que são os aspectos formais e não os conteúdos factuais que determinam a representação histórica. Como se poderia esperar, é possível pensar, a partir desse ponto, em uma nova epistemologia que definisse as condições de possibilidade, ou os instrumentos formais, passíveis de serem utilizados na representação do passado, bem como seus limites e exigências. Essa nova epistemologia teria como metáfora fundadora o entendimento das obras históricas como quadros na parede de uma galeria, assim elas poderiam ser apreciadas superficial e individualmente. Noções como “estilo”, seriam aplicadas para melhor avaliar as características individuais das obras.³²

A reavaliação do historicismo, ao enfatizar a noção de diferença, é uma importante contribuição ao debate contemporâneo, mas não se deve esquecer que ao lado da ênfase à singularidade das épocas estava a famosa frase de Ranke que salientava a força do que *realmente aconteceu*. É por uma análise detalhada da relevância ontológica da noção de “acontecimento” que se deve pensar o historicismo e o próprio lugar da história enquanto dimensão da existência humana. Nesse ponto, se pode repetir, para a historiografia, a observação feita por Luiz Costa Lima a respeito da crítica e da história literária no Brasil, que pouco teriam refletido sobre o que faz de um texto um artefato literário.³³ Da mesma forma, a historiografia não tem pensado a propriedade do texto historiográfico, daí o mal estar causado por reflexões como a de Hayden White. Se, entretanto, nas últimas duas décadas a teoria da literatura avançou na direção de pensar o literário, a historiografia, por sua vez, não tem conseguido responder às novas demandas.³⁴

A crise na qual mergulhou a autoconsciência historiográfica se deve, em

³¹ *Ibidem*, pp. 106-7.

³² *Ibidem*, p. 93. A idéia é desenvolvida pelo mesmo autor em outros textos, como por exemplo, “Statements, Texts and Pictures” (1995) e “Experience, transcendentalism and the limits of interpretation” (1996).

³³ A questão foi examinada por Costa Lima no ensaio *Quem tem medo de teoria? (Dispersa demanda*, p. 94).

³⁴ Mais de vinte anos após ter escrito essa observação, Costa Lima ainda pode diagnosticar que “a crítica (literária ou da arte) é uma atividade histórica que encontra pouco auxílio entre os historiadores. Estes tampouco estão mais confortáveis na companhia dos críticos. Antes, preferem ver as obras sob a ótica do documento. As obras: documentos de um contexto” (*Mimesis: desafio ao pensamento*, p. 20).

parte, a uma importação conceitual que se desresponsabilizou pela reflexão teórica autônoma. Essa fragilidade é notória mesmo em historiadores como Roger Chartier. No momento em que a noção de representação é problematizada, Chartier nada mais faz do que transformá-la em instrumento metodológico. Ao reduzir o problema da correta representação historiográfica a uma demanda moral pela verdade, o historiador francês só faz reforçar os argumentos de seus opositores, que procuram fazer a verdade transitar, pragmaticamente, entre os campos ético, estético e epistêmico.³⁵

Mesmo aceitando o diagnóstico e as sugestões metodológicas encaminhadas por Ankersmit, não é possível compartilhar de sua crença na possibilidade de uma nova epistemologia. Mais produtivo para enfrentar o problema da representação pode ser o caminho aberto pela teoria da mimesis, que procura recuperar a representação para a reflexão contemporânea pela ênfase nas noções de efeito e sujeito fraturado.³⁶

Como então pensar uma história da historiografia que seja menos historiográfica³⁷ e mais histórica? Em outras palavras, como romper com a profundidade teleológica de uma escrita comprometida com a genealogia de uma ciência, na qual sua própria história é reduzida à contabilidade do progresso de seu “domínio” sobre o passado. A partir do que desenvolve Heidegger no § 76 de *Ser e Tempo* — “A origem existencial da historiografia a partir da historicidade da *pre-sença*”³⁸ —, talvez seja possível pensar uma história da historiografia capaz de romper a profundidade historiográfica ao tematizar a historicidade da abertura do passado, condição primeira de qualquer historiografia.

Trata-se de perguntar pela historicidade da historiografia. Metodologicamente, significa considerar que tal abertura do passado não é obra exclusiva da “ciência da história”, mas ação política original, na qual tomam parte todas as dimensões da atividade humana — ou seja, é história. A história da

³⁵ Roger Chartier. “L’histoire aujourd’hui: doutes, défis, propositions”, pp. 119-30.

³⁶ A questão tem sido desenvolvida pelo autor, em torno da teoria da *mimesis*, em textos como “Um conceito proscrito: mimese e pensamento de vanguarda” (**Sociedade e discurso ficcional**, pp. 311-71); Deleuze: estética antirepresentacional e mimesis (**Estudios Públicos**, pp. 295-316) e, mais recentemente, no segundo capítulo de **Mimesis: desafio ao pensamento**, sob o título “Sujeito, representação: fortuna, reversão”, pp. 71-161.

³⁷ Refiro-me à escrita da história “disciplinada” desde o século XIX.

³⁸ Martin Heidegger. **Ser e tempo**, vol. 2, 199-205.

historiografia deixaria de ser um capítulo da história das ciências, ou das idéias, um instrumento para o aperfeiçoamento epistemológico da “ciência da história” — ou mesmo seu fundamento mítico —, para enfrentar a tarefa de compreender a dimensão existencial do relacionamento do homem com sua temporalidade.

Outra consequência metodológica da historicização da historiografia, neste trabalho, foi sua opção por valorizar uma análise sincrônica dos textos. No lugar de pensar cada texto como peça de uma máquina argumentativa como que aguardando sua realização plena para se por em funcionamento, se optou por entender cada um dos textos como estruturas em funcionamento pleno. Assim, tentou-se evitar a leitura retrospectiva, na qual os textos costumam ser avaliados mais pelo seu destino histórico do que pela sua realização enquanto evento. Trabalhar o texto como evento histórico significa considerá-lo em seu momento de enunciação como estrutura suficiente e reveladora das realizações discursivas de cada momento histórico. A consciência da história do efeito é fundamental para a efetivação dessa demanda. Ao herdarmos essas construções conceituais, elas são submetidas a novos arranjos argumentativos que facilmente são projetados retrospectivamente. Estar consciente da história desses arranjos, ou seja, de seus efeitos sobre o presente, é um passo importante para um acesso verdadeiramente histórico aos conceitos em seus momentos de enunciação.

Um dos objetivos centrais deste trabalho é pensar a historicidade que condicionou as formas de relacionamento com o tempo, em seus diversos modos, no Brasil da primeira metade do século XIX. Os conceitos de história e literatura — nos seus contextos discursivos — foram os indicadores escolhidos para o mapeamento dessas transformações na experiência do tempo. Por isso, foi recortado um *corpus* documental que privilegiou os textos teóricos e metadiscursivos, em especial, as introduções, prefácios e peças programáticas.³⁹

A história da historiografia no Brasil

O século XIX brasileiro não conheceu a história da historiografia como campo autônomo. Do mesmo modo que a história e a literatura compunham uma totalidade garantida pelo exercício da escrita e unidade de propósito, a história da historiografia se acomodou, sem problemas, à história da literatura. A

³⁹ Cf. Hans Ulrich Gumbrecht. ‘Un souffle d’Allemagne ayant passé’: Friedrich Diez, Gaston Paris, and the genesis of national philologies, p. 4.

permanência da cultura retórica garantia os instrumentos metodológicos requeridos pelo historiador da escrita ficcional ou histórica.⁴⁰

No contexto europeu, a emergência do historicismo contribuiu decisivamente para a constituição da história como disciplina autônoma. No Brasil, a influência desse mesmo historicismo⁴¹ — embora bastante difusa — conviveu com um modelo institucional marcadamente ilustrado, inspirado nas academias setecentistas.⁴² A substituição do historicismo pelo historicismo cientificista pouco alterou o quadro. Somente quando da constituição da universidade, já em um momento de superação, pelo menos no cenário internacional, do modelo historicista, é que a história se tornaria disciplina e o historiador um profissional com perfil distinto dos outros letrados.

Tendo sido a história “disciplinada”,⁴³ não tardou o surgimento das primeiras tentativas de uma história da história. Coube a José Honório Rodrigues, com a sua “História da História do Brasil”, a realização da primeira obra de síntese no campo. Embora cedendo o pioneirismo a outros três autores,⁴⁴ é evidente que a obra de José Honório trilhou um caminho até então inexplorado no Brasil, ou seja, o de uma história da história enquanto genealogia da constituição e

⁴⁰ Sobre as marcas da tradição retórica em nossas letras vide, por exemplo, as sugestões de A. Candido no ensaio “O Escritor e o público” escrito em 1955 (1985, 81) e, mais recentemente, o amplo trabalho desenvolvido por Roberto Acízelo de Souza intitulado “**O império da eloqüência**”, no qual estuda a permanência do ensino da retórica nos currículos imperiais ao longo de todo o século XIX, em especial, o capítulo “A Formação retórica e seus efeitos”, pp. 83-94.

⁴¹ A mais completa análise sobre o historicismo no Brasil do século XIX, mais precisamente em Varnhagen e na geração de 1838-1854, pode ser encontrada na tese de titularidade de Arno Wehling (**De Varnhagen a Capistrano**), em especial, o capítulo “Varnhagen e Capistrano: da *culture savante* à cultura cientificista”. A questão é abordada ainda em diversos ensaios reunidos no livro **A invenção da história**, passim.

⁴² O modelo “acadêmico/ilustrado” dessa produção aparece em diversos estudos, entre eles, Manoel L. S. Guimarães (Nação e civilização nos trópicos. **Estudos Históricos**, pp. 5-27 e De Paris ao Rio de Janeiro: a institucionalização da escrita da história. **ACERVO**, pp. 135-144) e Maria Helena Rouanet (**Eternamente em berço explêndido**, p. 250), que destaca a preponderância da retórica romântica francesa no Brasil.

⁴³ Segundo José Roberto do Amaral Lapa (**Historiografia brasileira contemporânea**, pp. 49, 67), embora a criação da Faculdade de Filosofia (USP) date de 1934 — e, portanto, já nesse momento a história se torna um curso superior — é somente na década de 60 que surge uma produção historiográfica universitária. Para se ter uma idéia, até 1960 só haviam sido defendidas cinco teses de doutorado na USP, no entanto, entre 1960 e 1970 foram defendidas vinte teses, o que na época parecia impressionante. (*Ibidem*, p. 67).

⁴⁴ São eles: Capistrano de Abreu (Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro [1878] e Apenso sobre o Visconde de Porto Seguro [1882]); Alcides Bezerra (Os historiadores do Brasil no século XIX [1927]) e Sérgio Buarque de Holanda (trabalho publicado no Correio da Manhã em 1951). Cf. José Honório Rodrigues. **História da história do Brasil**, pp. XV-XVI.

progressivo aprimoramento do método crítico. Desse modo, ficava definida a tarefa da história da historiografia:

A obra histórica deve ser vista e examinada como obra histórica, pelo seu valor intrínseco, como contribuição ao desenvolvimento de sua disciplina. O critério literário e formal não é o definitivo.

[...].

O estudo da historiografia representa, assim, a libertação da disciplina da história literária.⁴⁵

Eram sugeridos novos critérios de avaliação das obras, orientados por demandas propriamente historiográficas. Tratava-se de reavaliar o cânone⁴⁶ — até então constituído, unilateralmente, a partir de preocupações literárias — e criar uma nova tradição, uma nova profundidade.⁴⁷ Proclamada a independência da historiografia, se poderia imaginar que a própria história também se libertaria da teleologia nacional. Uma análise mais demorada, do conjunto da obra de José Honório, mostraria que a aparente autonomização da história, que teria agora o objetivo de sua própria história em si mesma, escondia a heteronomia da dependência do modelo nacional desenvolvimentista, no qual o progresso da história se legitimava no quadro geral dos avanços da ciência e “consciência” nacionais.

Curiosamente, o autor da “História da História do Brasil” foi um dos raros e, talvez, mais conseqüente historiador brasileiro de seu tempo a reivindicar a tradição historista e, em especial, os autores alemães. Certo é, entretanto, que o modelo de história da historiografia que vingou na universidade, embora mantendo a mesma preocupação teleológica, reivindicaria outras tradições.

No influente “Iniciação aos Estudos Históricos”, Jean Glénisson, logo após descartar qualquer recurso a uma filosofia da história, afirmava que seu propósito era o de “[...] iniciar o estudioso na concepção contemporânea de história, de encorajá-lo a praticar aquilo que Marc Bloch chamava com tão belo nome: o ofício; o ofício do historiador”.⁴⁸ O repúdio a qualquer “filosofia da história” —

⁴⁵ *Ibidem*, p. XV.

⁴⁶ “O critério literário e formal não é o definitivo. Se o autor escrevia muito bem, tanto melhor. Mas Varnhagen, que não é padrão da língua, é, incontestavelmente, o maior historiador brasileiro, pela contribuição prestada”. *Ibidem, idem*.

⁴⁷ Sobre a problemática da profundidade teleológica na história da historiográfica modernista, cf. Frank Ankersmit. *Op.cit.*, pp. 103-4.

⁴⁸ Jean Glénisson. **Iniciação aos estudos históricos**, p. 5.

que mal escondia o horror a toda filosofia — não impediu Glénisson de traçar um panorama da evolução da disciplina desde os gregos até o século XIX, com o “triunfo do método crítico”, e seu clímax no século XX, quando a história desenvolve-se como uma ciência social.⁴⁹

Se a estrutura e concepção do livro eram heranças diretas da “Introduction”, de Langlois e Seignobos,⁵⁰ especialmente as duas primeiras partes, a seção dedicada à interpretação abandonou as questões essenciais das *Geisteswissenschaften*, centradas no problema da compreensão e do sentido. Glénisson, ao contrário, dedicou quase toda essa parte do livro aos problemas da relação da história com a sociologia e a economia, apontando para o novo paradigma de uma ciência fundada na pretensão de explicar as forças sociais que determinam o processo histórico.

Na evolução da historiografia narrada por Glénisson, o método histórico poderia finalmente desvencilhar-se do individualismo psicologizante de uma história empiricista e, graças aos historiadores dos *Annales*, alinhar-se com as modernas ciências do homem. A história acabaria por assumir o papel de síntese, como imaginara Braudel,⁵¹ responsável por unificar as contribuições das outras ciências numa totalidade compreensível: “Deveras, ela [a história] sabe nada mais ser além de um aspecto de uma ciência humana ‘total’, criando-se sob nossas vistas mediante a fusão das disciplinas vizinhas que somente pareceram adversárias no ardor da juventude”.⁵²

A partir dessa compreensão da história da historiografia, Glénisson imaginou cumprir, com a “Iniciação”, a dupla tarefa que identificava na realidade brasileira. De um lado, introduzir o estudante e o pesquisador ao método histórico, único instrumento capaz de oficiá-lo na profissão. Já que a historiografia no Brasil não passara pelo mesmo processo de institucionalização ocorrido em países como França e Alemanha no século XIX, cabia à “Iniciação” reparar este atraso. De

⁴⁹ *Ibidem*, p. 26.

⁵⁰ Charles-Victor Langlois, & Charles Seignobos. **Introduction aux études historiques**, *passim*.

⁵¹ Conforme, por exemplo, o IV capítulo do “Traité de Sociologie”, publicado em 1958-1960, sob a direção de Georges Gurvitch, onde Braudel escreve: “A história e a Sociologia são as únicas duas ciências globais, suscetíveis de estender sua curiosidade não importa que aspecto do social. A história, na medida em que é todas as ciências do homem no imenso domínio do passado, a história é síntese, é orquestra”. (Fernand Braudel: “História e Sociologia” *In* _____. **Escritos sobre a história**, p. 98).

⁵² Jean Glénisson. *Op. cit.*, p. 249.

outro lado, havia a necessidade crítica de situar o “iniciado” nas novas direções de trabalho constituídas ao longo do século XX.

Do ponto de vista da história da história, era necessário replicar o modelo ocidental à realidade particular brasileira. No plano da “Iniciação”, o ensaio de Pedro Moacyr Campos cumpre esse papel ao apontar os momentos fundamentais da construção da ciência da história no Brasil, a saber, Varnhagen e o IHGB; Capistrano de Abreu e a geração cientificista e, finalmente, a constituição da história como disciplina acadêmica nas universidades. A existência da história como disciplina universitária teria permitido lançar

[...] os fundamentos, sobre os quais seria de esperar pudesse florescer uma moderna historiografia brasileira. Para São Paulo e Rio de Janeiro vieram professores franceses, cujos nomes jamais serão esquecidos, ao tratar-se da história cultural do país: Émile Coonaert, Fernand Braudel, Henri Hauser, Eugène Albertini, Jean Gagé.⁵³

Rompida a tradição dos vade-mécuns oitocentista — marcadamente neokantianos e excessivamente filosóficos para os novos historiadores —, estava aberta a porta para toda uma geração de manuais teóricos/metodológicos que espelhavam o otimismo de uma geração que pensou ter superado os desafios epistemológicos para a constituição da história como ciência. Estabelecido os textos fundadores e o cânone, as histórias gerais da historiografia se tornariam raras entre nós. Em seu lugar, encontraremos trabalhos específicos que aprofundariam temas, períodos ou autores e, principalmente, o livro coletivo reunindo os avanços e as tendências, em textos muitas vezes de ocasião, que não representavam pesquisas específicas no campo, mas incursões pontuais, de caráter preparatório a outras empresas mais “sérias”.

Mesmo a cautelosa solução oitocentista fundada na separação entre ciências da natureza e do espírito, ciências compreensivas e explicativas, pôde ser abandonada. Nenhum livro é mais característico desse espírito do que “Os métodos da História”, de Ciro Flamarion Cardoso e Héctor Pérez Brignoli. Publicado originalmente em espanhol no ano de 1974 e em português em 1979, obteve inúmeras edições ao longo da década de 80, o que nos dá mostra de sua influente recepção. Diferente das “introduções” e “historiografias” anteriores, o

⁵³ Pedro Moacyr de Campos. “Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX”. In Jean Glénisson. *Op. cit.*, p. 287.

livro de Ciro F. Cardoso & Héctor P. Brignoli evitou o modelo “heurística, crítica e interpretação”, mesmo porque, seu escopo era mais preciso, como exposto no subtítulo da obra: “Introdução aos problemas, métodos e técnicas da história demográfica, econômica e social”.

No prefácio, os autores lamentavam a ausência de um manual “...que apresente o estado atual da metodologia na história demográfica, econômica e social”,⁵⁴ repudiavam a confusão entre metodologia e filosofia da história — comum, segundo eles, nos meios acadêmicos ibero-americano — e a permanência nos currículos de um aparato erudito concentrado nas disciplinas auxiliares à crítica das fontes e ao estabelecimento do “fato histórico”. Enfim, tratava-se de minimizar nosso atraso cultural, que permitia a vigência “[...] de uma visão positivista e anacrônica de história”.⁵⁵

Os progressos da quantificação, da história demográfica, os avanços da informática e dos métodos estatísticos, além da busca geral por regularidades e por uma história das estruturas, autorizava acreditar “[...] que tal tendência — quer dizer, a incorporação progressiva da história ao campo das ciências nomotécnicas — realmente se faz notar na evolução recente de nossa disciplina”.⁵⁶ E ainda, afirmar: “[...] a história surge como uma disciplina que, ao contato com as ciências sociais torna-se, pouco a pouco, uma ciência social — afastando-se cada vez mais de seu passado filosófico e literário e das ilusões científicas do positivismo”.⁵⁷

A retórica do atraso, a crítica devastadora aos modelos tradicionais — que podem ter séculos ou apenas alguns anos —, a constituição de linhagens, preferencialmente extranacionais, são algumas características de nosso sistema intelectual que ganham dimensão nos textos de história da historiografia.⁵⁸ Ao pretenderem fazer um balanço crítico do progresso da disciplina e, quem sabe, projetar seu desenvolvimento futuro, essa produção assumia funções fundadoras, míticas, determinando origem e destino.

⁵⁴ Ciro Flamarion Cardoso & Héctor P. Brignoli. **Os métodos da história**, p. 15.

⁵⁵ *Ibidem, idem.*

⁵⁶ *Ibidem*, p. 42.

⁵⁷ *Ibidem*, p. 44.

⁵⁸ Para uma caracterização de nosso sistema intelectual, em especial da ausência de um centro próprio de decisão, vide Luiz Costa Lima. **Dispersa demanda**, pp. 30-56.

O desejo de repudiar qualquer filosofia da história tornava impossível aprofundar a reflexão sobre os fundamentos epistemológicos da história ciência **social** e ocultava, ainda, o solo comum onde assentava tal modelo de ciência, ou seja, a autocompreensão moderna, que era e é, basicamente, uma filosofia da história. Entende-se, assim, a facilidade com que as “histórias da historiografia” se transformavam em “estados-da-arte”, quase sempre acompanhados pelo levantamento dos mais recentes avanços e novos métodos desenvolvidos nos centros europeus.⁵⁹ Pouco estímulo havia para a análise concreta das obras históricas do passado, uma vez que estavam condenadas à pré-história da **cientifização**, marcando as análises por uma forte retórica negativa – tratava-se de mostrar o que faltava naquelas experiências ou o que já possuíam daquilo que a historiografia viria a ser. Escrever história da historiografia deixava de ser uma modalidade da reflexão para se tornar mais uma disciplina auxiliar da ciência histórica como ciência social.

Paralelamente ao tratamento disciplinar, que buscou recortar a atividade historiográfica e compreender preferencialmente seu desenvolvimento interno, pode-se apontar a influente obra do crítico e historiador da literatura Antonio Candido que, direta ou indiretamente, influenciou a história da historiografia brasileira oitocentista.

Se, para José Honório Rodrigues, era quase impossível encontrar uma linhagem nativa na qual pudesse situar a sua “História da História no Brasil”, Candido estava bem localizado em uma distinta tradição que possuía nomes como Sílvio Romero, Araripe Júnior, José Veríssimo, Afrânio Peixoto, entre outros.

Ao procurar compreender a literatura como sistema, ou seja, a partir da “existência do triângulo ‘autor-obra-público’” e de “uma certa continuidade de tradição”,⁶⁰ Candido abriu caminho para o entendimento das formas pelas quais a sociedade oitocentista produzia letras, fossem elas ficcionais ou não. Imaginou, dessa forma, equacionar o dilema entre sociedade e indivíduo, no qual se

⁵⁹ Paradigmático dessa posição é o conjunto de ensaios reunidos por José Roberto do Amaral Lapa sob o título de “Historiografia Brasileira Contemporânea” — sendo historiografia aqui entendida como história da história — que, na verdade, trata-se, quase em sua totalidade, de uma “[...] avaliação da etapa em que se encontra a historiografia brasileira contemporânea, bem como suas tendências e perspectivas [...]”. (*Op. cit.*, p. 17).

⁶⁰ Esta definição orienta sua obra maior, “Formação da Literatura Brasileira”, publicada em 1957 (Antonio Candido. *Op. cit.*, pp. 16, 23); mas já aparece desenvolvida no importante ensaio “O Escritor e o Público”, de 1955 (Antonio Candido. **Literatura e sociedade**, pp. 77-7).

debatiam a crítica e a história literária desde a segunda metade do século XIX. Determinismo social e individualismo impressionista representavam os pólos extremos orientadores do debate.⁶¹ É claro que a opção pelo sistema fazia sentido da perspectiva de uma concepção da história da literatura linear, teleológica, orgânica e nacional. Logo, pode-se dizer que a definição de literatura como sistema é uma necessidade da concepção de história expressa na “Formação da Literatura Brasileira”.⁶² Em outras palavras, a possibilidade de uma história da literatura passa a indicar a própria literatura enquanto nacional, pois o *a priori* que a fundamenta ainda é a existência anterior de uma nacionalidade a se expressar: “Sob este aspecto, poder-se-ia dizer que o presente livro constituiu (adaptando o título do conhecido estudo de Benda) uma ‘história dos brasileiros no seu desejo de ter uma literatura’”.⁶³

Certo é que a solução de Candido não desenvolveu teoricamente a pergunta pela literatura,⁶⁴ mesmo assim, suas pesquisas muito contribuíram e contribuem para a compreensão geral do lugar do escritor, da obra e do público no século XIX brasileiro, viés que foi devidamente aprofundado nas décadas seguintes.

No início da década de oitenta, a historiografia no Brasil, atualizada com as mais modernas tendências européias, atrelou-se aos destinos das ciências sociais, em especial a sociologia, a psicologia social e a antropologia, tendo como metareferência o estruturalismo e o marxismo. Mas na própria década de 70, os sinais de esgotamento desse modelo de ciência já eram evidentes.

O retorno do político e da narrativa, o redimensionamento do papel da ação individual, a multiplicação dos sujeitos sociais, a reivindicação de múltiplas histórias para uma sociedade fragmentada e a desnaturalização do Estado-nacional são fenômenos que pontuam a história da historiografia desde então. Paralelamente a esses movimentos internos, filósofos, teóricos da literatura e da cultura têm procurado demonstrar que, apesar dos esforços dos historiadores em

⁶¹ Luiz Costa Lima desenvolve essa questão no artigo, publicado em 1980, intitulado “A crítica literária na cultura brasileira do século XIX” (**Dispersa demanda**, pp. 30-56), já em “Quem tem medo de teoria?”, de 1975, demonstra a solução de compromisso e continuidade teórica da obra de Candido com relação aos críticos de final do oitocentos (*Ibidem*, 194).

⁶² Essencialmente orgânica, como destaca Costa Lima, no ensaio de 1989, intitulado “Os destinos da subjetividade: história e natureza no romantismo”, desenvolvendo reflexão anterior de Haroldo de Campos. (**O controle do imaginário**, p. 140).

⁶³ Cf. Antonio Candido: **Formação da literatura brasileira**, vol 1, p. 25.

⁶⁴ Cf. Luiz Costa Lima: **Dispersa demanda**, p. 194.

expurgar do ofício qualquer referência a uma filosofia da história, a autocompreensão da historiografia enquanto disciplina permanece mergulhada em metanarrativas e filosofias da história próprias da modernidade.⁶⁵

Quando o arsenal crítico, construído pela historiografia para desmistificar a história e desconstruir ideologias e mitos, voltou-se contra a operação historiográfica, não havia como evitar a crise. O lugar teórico sobre o qual estava construída a historiografia ruína e velhas certezas, como as fronteiras entre a história e a literatura, foram questionadas. A mesma divisão entre *natur* e *geisteswissenschaften*, que foi demolida em favor de uma ciência total, agora passou a ser reivindicada em nome de uma unidade “literária” do conhecimento humano.⁶⁶

É nesse contexto de historicização do discurso histórico que se desenvolveu a história da historiografia oitocentista produzida por historiadores e pesquisadores da literatura nas últimas duas décadas. Tentando romper com o modelo da **genealogia disciplinar** e, ao mesmo tempo, com o padrão autor-obra, esses trabalhos têm destacado os lugares institucionais nos quais se produzia a história do Brasil, em especial o IHGB. Como exemplo dessa produção, destacam-se as pesquisas de Arno Wehling,⁶⁷ Lúcia Maria Paschoal Guimarães⁶⁸ e Manoel Luís Salgado Guimarães.⁶⁹

⁶⁵ Como exemplos de trabalhos nessa direção, podemos citar os artigos “O discurso da história” (1967) e “O efeito de real” (1968), de Roland Barthes (**O rumor da língua**, pp. 121-30 e 131-6); a importante introdução à “Arqueologia do Saber”, de 1969 (M. Foucault. **A arqueologia do saber**, pp. 3-20); o livro **Meta-História** (1973), de Hayden White, **A filosofia e o espelho da natureza** publicado, em 1979, por Richard Rorty, **Em 1926, vivendo no limite do tempo**, de Hans Ulrich Gumbrecht, entre outros.

⁶⁶ Cf. Richard Rorty. *Op. cit.*, p. 340.

⁶⁷ Arno Wehling é o organizador do livro “As Origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: idéias filosóficas, sociais e estruturas de poder no Segundo Reinado”, no qual reúne artigos de diversos pesquisadores sobre a instituição e onde escreve o trabalho “Historicismo e a Concepção de História nas Origens do IHGB” (1989). Ainda de sua autoria, o artigo “As origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro” (1983, pp. 7-16) e sua tese de titularidade **De Varnhagen a Capistrano**, *passim*.

⁶⁸ Em especial, sua tese de doutorado, defendida em 1995, publicada em separata à Revista do IHGB sob o título **Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)** (1995, *passim*). Nesse trabalho, sem dúvida o esforço mais amplo e bem sucedido no estudo do IHGB, a autora afirma que, ao longo do Segundo Reinado, a homogênea militância política de seus membros em favor do modelo de Estado sustentado por Pedro II levou a opção pelo registro da memória em detrimento da escrita da história.

⁶⁹ Os trabalhos de Manoel Luís Salgado Guimarães têm origem em sua tese de doutorado **A escrita da história e a questão nacional do Brasil 1838-1857**, em alemão no original, que foi desdobrada em artigos publicados no final da década de 80: “Nação e civilização nos trópicos: O

A preocupação em traçar a evolução da ciência é substituída pelo exame de sua forma social de produção, em especial os “lugares” e instituições onde ela acontece. Se essa geração é mais desconfiada das genealogias disciplinares, ela continua preocupada com o processo de institucionalização e singularização do discurso historiográfico. Esse caminho tem permitido uma compreensão mais refinada das demandas específicas do campo, principalmente se comparado com a tradição oitocentista de diluí-lo nas histórias da literatura. Hoje, o desafio para a história da historiografia oitocentista parece ser encontrar um meio caminho que permita tirar da unidade entre história e literatura no século XIX os recursos metodológicos e teóricos para sua compreensão.

Enquanto os historiadores abordam a questão pelo viés da institucionalização, no campo dos estudos literários outros caminhos foram traçados. Foi mencionado anteriormente que em Antonio Candido já havia a preocupação de entender a produção literária do século XIX a partir da categoria de “sistema”, o que, na prática, significava estudar as formas sociais de produção e circulação do texto. Essa opção permite ver o historiador oitocentista menos como o embrião do oficiante moderno e mais como escritor, dividindo a sorte com os outros escritores do período, escrevam eles política, literatura, jurisprudência ou qualquer um dos ramos das “letras”.

O caminho aberto por Candido foi aprofundado até seus limites por Costa Lima, que no artigo “Da existência precária: o sistema intelectual no Brasil” [1981]⁷⁰ iniciou uma fecunda linha de pesquisa, avançada em múltiplas frentes ao longo das últimas duas décadas. Entre os trabalhos inscritos nesse horizonte, podemos citar “Tal Brasil, qual romance?” e “O Brasil não é longe daqui”, de Flora Süssekind;⁷¹ “Eternamente em Berço Esplêndido”, de Maria Helena Rouanet;⁷² “Literatura e cordialidade”, de João Cezar de Castro Rocha⁷³ e “O império da eloquência”, de Roberto Acízelo de Souza,⁷⁴ além de outros textos

IHGB e o projeto de uma História Nacional” (1988, pp. 5-27); “A Revista do IHGB e os temas de sua historiografia (1839-1857)” (1989a, pp. 21-41); “De Paris ao Rio de Janeiro: a institucionalização da escrita da história” (1989b, pp. 135-44).

⁷⁰ Cf. Luiz Costa Lima. **Dispersa demanda**, pp. 3-29.

⁷¹ Cf. Flora Süssekind. **Tal Brasil, qual romance?**, *passim* e **O Brasil não é longe** daqui, *passim*.

⁷² Cf. Maria Helena Rouanet. *Op. cit.*, *passim*.

⁷³ Cf. João Cezar de Castro Rocha. **Literatura e cordialidade**, *passim*.

⁷⁴ Cf. Roberto Acízelo de Souza. **O império da eloquência**, *passim*.

desenvolvidos pelo próprio Costa Lima.⁷⁵

Historiografia e Sistema Intelectual no Império do Brasil

Para a historiografia e a literatura — bem como para toda a produção intelectual no século XIX — a nação é, ao mesmo tempo, origem e destino. No momento da Independência, a ficção de um conceito de nação adequado às características singulares do novo corpo político foi uma das tarefas fundamentais. Tal conceito deveria ter o Império como modelo e a integridade territorial como dogma. Para Maria Helena Rouanet, por exemplo, as letras e a cultura apareciam, para aqueles homens, como as únicas dimensões capazes de garantir a integridade de um território por tudo o mais fragmentado.⁷⁶ Para essa autora, a estreita *vinculação entre nacionalidade e literatura* é uma das maiores ‘verdades’ que nos legou o século XIX.⁷⁷ Acontece, então, um movimento no qual a literatura e a historiografia, a nacionalidade e o Estado se constituem simultâneo e paralelamente.

A língua era um importante fator de unidade, com a vantagem explícita de ser considerada como uma marca de distinção das nacionalidades.⁷⁸ O Império do Brasil falava uma só língua, mas a dividia com a antiga metrópole. Sentia-se a necessidade de constituir uma língua brasileira. Nessa tarefa vital, a história e a singular natureza dos trópicos teriam papel destacado. Procurou-se constituir, para o Império do Brasil, um espaço simbólico *entre a Europa e a América*. A história deveria mostrar o Brasil como ramo de uma árvore chamada ocidente. A natureza exuberante, por sua vez, apontaria o destino privilegiado desse novo ramo. Esse *deslocamento para o futuro* — que, de resto, é uma das características marcantes da modernidade — será apontado como uma das formas, encontradas por aquela comunidade, de desviar das ameaças do presente e poupar a estrutura social de um

⁷⁵ Reunidos em **Dispersa demanda** (1981) estão os artigos “A crítica literária na cultura brasileira do século XIX” [1980]; “Quem tem medo de teoria?” [1975] e “Questionamento da crítica literária” [1979], em que, pela primeira vez, eram discutidas, para o caso brasileiro, as teses de Habermas sobre a formação da esfera pública burguesa. Importante ainda é a seção C do capítulo II do livro **O Controle do imaginário** (1983) intitulada “Natureza e História nos Trópicos” (pp. 130-57). Cabe, ainda, chamar a atenção para o artigo “Concepção de história literária na Formação” [1990], reunido no volume **Pensando nos trópicos**, pp. 149-66 e, para o livro, **Terra ignota: a construção de Os Sertões**, *passim*.

⁷⁶ Maria Helena Rouanet. *Op. cit.*, p. 113.

⁷⁷ *Ibidem*, pp. 18-9.

⁷⁸ *Ibidem*, p. 262.

movimento crítico desestruturante.⁷⁹

As metáforas orgânicas não aparecem por acaso, uma das marcas da nacionalidade é sua organicidade, daí ser possível entender sua história como o *desenvolver progressivo da semente nacional*. A literatura, através da narrativa linear e teleológica, representaria — como ainda será reivindicado por Antônio Candido — o “aspecto orgânico da civilização”.⁸⁰

Aquele corpo político se queria uno, ao mesmo tempo, essa unidade não deveria ameaçar a reprodução do sistema. Como era mais fácil criar uma literatura nacional do que constituir materialmente a nação, tratou-se de *inventar tradições*. Vasculhou-se o passado na busca dos primeiros lampejos de nacionalidade. Os homens que souberam sentir a natureza pátria e transpô-la em uma *linguagem brasileira* constituiriam o primeiro cânone nacional.

A obsessão desses primeiros intelectuais brasileiros pelo problema da origem da nacionalidade foi observada por Flora Süssekind em sua tese “O Brasil não é longe daqui”. Süssekind procurou investigar a constituição do narrador de ficção no Brasil, apontando para a influência dos relatos de viagens como sua matriz constitutiva.⁸¹ Para essa autora, a fixação genésica esconde, nos primeiros românticos, a busca de um *referendum* para a própria produção artística.⁸²

Do ponto de vista da história, a tarefa era mais complicada. Europeus e “americanos” tinham atrás de si séculos de relações conflituosas. Os índios “reais” pouco interessavam aos autores românticos, já os portugueses, do quais tinham herdado a civilização, também eram os opressores metropolitanos. O mesmo Arcadismo, que com alguns expurgos era facilmente incorporado ao cânone da literatura nacional, oferecia a Inconfidência Mineira — perigoso exemplo para um império assombrado por revoltas e rebeliões. Mas, se *escrever história era ainda uma dificuldade*, em especial a da Independência, a nação poderia ser auxiliada pelo criterioso trabalho de *recolhimento e crítica das fontes*, que legaria às gerações futuras o material com qual escreveriam a história nacional de um ponto

⁷⁹ *Ibidem*, pp. 117-8.

⁸⁰ Antonio Candido. **Formação da literatura brasileira**, p. 23.

⁸¹ Cf. Flora Süssekind. **O Brasil não é longe daqui**, pp. 19-21.

⁸² *Ibidem*, p. 17.

de vista mais seguro.⁸³

A centralidade do conceito de nação tornava possível a recriação de um cosmo organizado, que como destaca Ilmar de Mattos, tinha na *hierarquização* total da sociedade sua marca distintiva. Em se tratando das Letras, a historiografia tem procurado mostrar que o servir a nação, na sua constituição orgânica e singular, era sua função primeira. A razão de ser das Letras, que apagava as fronteiras entre os campos, aproximando-os pelo objetivo comum. Para caracterizar esse fenômeno, Candido cunhou o termo “literatura interessada”, que, segundo ele, caracterizaria as literaturas dos países da América Latina, inclusive o Brasil, onde se imagina “[...] estar fazendo um pouco da nação ao fazer literatura”.⁸⁴ As conseqüências óbvias desse “interesse” foram a *desvalorização da questão estética* e a *diluição das diferenças* entre as várias modalidades de textos patrióticos.⁸⁵

Para Candido, o *pragmatismo* de nossas letras se explicava pela forma de socialização do escritor no Brasil. Partindo do pressuposto de que a literatura é prefigurada, em grande medida, pelo público disponível, verifica que, em nossa sociedade colonial, o público era formado por audiências reunidas em cerimônias religiosas e comemorações públicas, nas quais a transmissão do texto era basicamente oral.⁸⁶ É somente na segunda metade do século XVIII que o escritor começou a ganhar uma configuração social distinta, totalmente integrada com a *função cívica e pedagógica*, na qual a reivindicação de autonomia política era inseparável da reivindicação por autonomia literária — é claro que essa autonomia literária está referida ao problema nacional e não à questão poética. Dessa forma, Candido pode afirmar que “[...] o escritor começou a adquirir consciência de si mesmo, no Brasil, como cidadão, homem da *polis*, a quem incumbe difundir as *luzes* e trabalhar pela pátria”.⁸⁷

A conjunção do público, que esperava lições e exemplos do escritor — como no sermão ou no panfleto político —, com um autor, que se imaginava

⁸³ Cf. Lúcia M. P. Guimarães. **Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o IHGB, passim.**

⁸⁴ Antonio Candido. **Formação da literatura brasileira**, vol. 1, p. 18.

⁸⁵ *Ibidem*, pp. 26-7. A questão também será abordada em Maria Helena Rouanet. *Op. cit.*, p. 115.

⁸⁶ Antonio Candido. "Letras e Idéias no Brasil Colonial", pp. 78-9.

⁸⁷ *Ibidem*, p. 79. Também Flora Süssekind destacou o papel educativo dessa literatura, cunhando o conceito de *leitor-aprendiz* (**O Brasil não é longe daqui**, pp. 94-5).

construindo a nação, culminaria na *fusão entre literatura e política*. Nessa união, a política ditava os fins e a literatura fornecia os meios.⁸⁸ A literatura e o escritor eram sobrecarregados com funções cívicas e nacionais em prejuízo da qualidade estética das obras e da capacidade de pensar critérios propriamente literários para a crítica e a história da literatura.⁸⁹

O único marco de distinção entre a literatura e os outros escritos patrióticos seria, como mostra Rouanet, a capacidade de captar, pela elevação poética, a essência do nacional, dizer aquilo que todos sentem mas não conseguem expressar.⁹⁰ O escritor romântico é o artífice que, com o domínio das belas letras, dá forma ao espírito da nacionalidade. É a figura romântica do gênio que restaria para distinguir o poético das outras produções literárias. Entretanto, mesmo esse critério tenderia a se diluir. É o que constatou Costa Lima ao analisar o caso específico do esforço teórico de José de Alencar: “A crença na palavra tornava-se crença na capacidade de declarar o nacional. Assim, Alencar, em sua prática de escritor, veio a reforçar o critério puramente temático, a que se opusera”.⁹¹

Em 1981, no ensaio “Da existência precária: o sistema intelectual no Brasil”, Luiz Costa Lima procurou entender a questão do pragmatismo desses escritores — que na “Formação da Literatura Brasileira” ainda podia ser encarado como uma autocompreensão de sua função histórica — como reflexo da incapacidade brasileira em construir soluções teóricas autônomas, que reduz a atividade intelectual à *aplicação e divulgação* de soluções pré-fabricadas, logo transformadas em dogmas, o que, de resto, seria congruente com a permanência do estatuto colonial.⁹² Já em “O controle do Imaginário”, o pragmatismo e a fixação da literatura na questão nacional são interpretados como mais um capítulo

⁸⁸ Maria Helena Rouanet observou que a conjunção entre o poético e o político é uma das características mais visíveis da influência de Ferdinand Denis entre os escritores brasileiros (*Op. cit.*, p. 231).

⁸⁹ Cf. Antonio Candido. “Letras e Idéias no Brasil Colonial”, p. 86 e, ainda sobre essa questão, o diagnóstico traçado por Flora Süssekind que, após constatar a quase inexistência de instituições educacionais nas primeiras décadas do século XIX no Brasil, afirma: “Tratava-se, pois, de resolver, na literatura, a falta de uma viagem de formação e as deficiências do ensino no país. Daí o papel de enciclopédia de pequeno porte assumido pela literatura de ficção nesse seu período de formação” (**O Brasil não é longe daqui**, p. 90).

⁹⁰ Cf. Maria Helena Rouanet. *Op. cit.*, pp. 255-6.

⁹¹ Luiz Costa Lima. **O controle do imaginário**, p. 145.

⁹² Cf. Luiz Costa Lima. **Dispersa demanda**, pp. 9-11.

da história do *veto ao ficcional*.⁹³

No livro “Literatura e Cordialidade”, João Cezar de Castro Rocha caracteriza o sistema intelectual brasileiro como sendo marcado pelo que chamou de recepção quase-pragmática, ou seja, o texto literário não encontrou uma recepção que compreendesse a dimensão da ficcionalidade, privilegiando o pólo da recepção em detrimento dos movimentos da produção e da linguagem.⁹⁴ O autor procurou explicar esse fenômeno pela *hipertrofia da esfera privada* e pela permanência de um modelo de representatividade pública, o qual resumiu como *cordial*, em uma releitura ao conceito clássico de Sérgio Buarque de Holanda.

A função pragmática da “letras” seria reforçada e reproduzida por um modelo de institucionalização dependente do Estado. Na ausência de universidades ou instituições autônomas,⁹⁵ bem como de um público leitor enquanto mercado, o escritor se tornou burocrata.⁹⁶ O lugar do escritor e da literatura estava garantido na medida em que confirmavam as expectativas sociais, ou, como resume Luiz Costa Lima: “Firmado o serviço à pátria pela atenção à sua natureza, pelo respeito aos dogmas do progresso, da religião e do estado-nação, o poeta romântico brasileiro salva-se da ausência de público para a página escrita tornando-se funcionário público”.⁹⁷

O financiamento do Estado, ou diretamente do Imperador, podia materializar-se através de bolsas de estudos, publicações ou, em casos mais sistemáticos, pela manutenção de instituições, como foi o caso exemplar do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Como referido anteriormente, essa instituição será o objeto, por excelência, da história da historiografia oitocentista produzida nas últimas duas décadas.

Analisando o perfil ocupacional dos sócios do IHGB em 1838 e em 1889, Lúcia Guimarães verificou uma presença crescente de funcionários públicos, proporcional a própria constituição do Aparelho de Estado. Este fato materializa bem o lugar ocupado pelo intelectual na sociedade Imperial. Assim, se entre os

⁹³ Cf. Luiz Costa Lima. **O controle do imaginário**, p. 152.

⁹⁴ Cf. João Cezar de Castro Rocha. *Op. cit.*, pp. 84-8.

⁹⁵ Costa Lima lembra que na Alemanha, antes do Estado, havia instituições culturais instaladas. (**Dispersa demanda**, p. 12).

⁹⁶ Cf. Antonio Candido. "Letras e idéias no Brasil colonial", p. 84.

⁹⁷ Cf. Luiz Costa Lima. **O controle do imaginário**, p. 146.

membros do IHGB haviam, em 1838, para cada funcionário cinco políticos, em 1889, essa relação passa a ser favorável aos burocratas na proporção de 1,2 funcionários para cada político.⁹⁸

Ao tematizar a função da escrita da história na constituição do estado-nação no Brasil, Manoel L. S. Guimarães verificou que a singularidade dessa historiografia estava menos em sua concentração na questão nacional — que, de resto, também acompanhou a historiografia européia — do que na *manutenção do modelo ilustrado* em uma instituição de cunho academicista (o IHGB), inexistindo, no Brasil Imperial, uma produção historiográfica universitária como já acontecia no Velho Mundo.⁹⁹ Guimarães constata, na historiografia, a mesma permanência de elementos retóricos e neoclássicos que autores como Antonio Candido, Costa Lima, Flora Süssekind, Maria Helena Rouanet e, mais recentemente, Roberto Acízelo, têm destacado como característico da formação intelectual no Império.

Do ponto de vista historiográfico, o pragmatismo desse sistema intelectual levou à *preponderância da memória* sobre a historiografia. Como a principal tarefa da escrita da história era cunhar uma unidade e homogeneidade nacional, que não correspondia à realidade do Império, ela se viu obrigada a reduzir suas atividades à coleta e à publicação de fontes documentais. Pesquisando o conteúdo da Revista do IHGB em diversos momentos, Lúcia Guimarães constatou que, até a década de 1850, o Instituto havia publicado pouquíssimos textos historiográficos produzidos por autores contemporâneos, priorizando a divulgação de fontes documentais.¹⁰⁰ A autora entende esse fenômeno como reflexo da adesão homogênea dos membros do IHGB ao projeto monárquico, que significava interpretar a história do Brasil como um desenvolvimento contínuo desde o descobrimento até aquela data. Escrever história, em especial a da Independência, significaria abrir espaço para polêmicas, conflitos de interpretações e disputas, tudo aquilo que questionava o funcionamento do próprio sistema

⁹⁸ Cf. Lúcia M. P. Guimarães. *Op. cit.*, pp. 479, 495.

⁹⁹ Manoel L. Salgado GUIMARÃES. Nação e civilização nos trópicos: O IHGB e o projeto de uma história nacional, **Estudos Históricos**, p. 7.

¹⁰⁰ Cf. Lúcia M. P. Guimarães. *Op. cit.*, p. 513.

político/intelectual.¹⁰¹

A mesma opção do trabalho com as fontes foi observada por Maria Helena Rouanet no caso específico da História da Literatura, na qual “[...] o levantamento de dados se impõe, em detrimento de qualquer proposta de reflexão”. A autora atribui o fato à função pragmática dessa produção, a qual bastavam a simplificação dogmática e teleológica, e o esquema, que deveria ser preenchido com os fatos e as imagens da nacionalidade.¹⁰² Na mesma direção caminhou Flora Süssekind ao afirmar que a história da literatura, constituída como busca das origens, é “quimera extremamente útil, pois, de posse dela, esquece-se a análise concreta das situações e obras referentes ao período colonial [...]”.¹⁰³

Acrescentando à perspectiva da análise institucional o esforço da leitura de uma fatia importante da produção historiográfica oitocentista, a saber, a obra de Varnhagen, Arno Wehling destaca-se do conjunto da história da historiografia que temos analisado até aqui. Em sua tese, “De Varnhagen a Capistrano”, Wehling abordou o problema da historiografia brasileira à luz das grandes correntes intelectuais européias, procurando estudar como aconteceu, no Brasil, a passagem de uma historiografia historicista, romântica e erudita (1838-1854) para uma concepção historicista científicista (1868-1883).¹⁰⁴

Ressaltando as descontinuidades entre as duas gerações, Wehling argumenta que enquanto a tarefa principal para a concepção historicista romântica era contribuir na consolidação do Estado, tratava-se, para o historicismo científicista, de inventar o povo e o caráter nacional. Historiadores como Varnhagen seriam representantes de uma *culture savante* — característica da Restauração —, identificados com um modelo estamental e burocrático de sociedade.¹⁰⁵

Mesmo concordando com a permanência de elementos setecentistas e neoclássicos na compreensão que os membros do IHGB tinham da história, Wehling procurou valorizar a utilização da metodologia *rankena*, em especial,

¹⁰¹ A autora procura demonstrar que, apesar da *História geral do Brasil* ter sido publicada na década de 50, tanto o IHGB quanto o Imperador não avalizaram essa obra como uma interpretação oficial, lembrando, ainda, que mesmo aqui não é transposto o dogma da intocabilidade da história recente, tendo em vista que a obra-prima de Varnhagen encerra-se antes da Independência. (*Op. cit.*, pp. 559-60).

¹⁰² Maria Helena Rouanet. *Op. cit.*, p. 273.

¹⁰³ Flora Süssekind. **O Brasil não é longe daqui**, p. 18.

¹⁰⁴ Arno Wehling: **De Varnhagen a Capistrano**, p. 13.

¹⁰⁵ *Ibidem*, p. 14.

por Varnhagen, que visava resgatar nos documentos a teleologia dos agentes sociais em sua integridade, concebendo o Estado como principal ator da história nacional.¹⁰⁶ O fundamental é que, apesar das permanências ilustradas, a idéia da história, como um sistema mecânico de causa e efeito, era repudiada em nome de uma compreensão orgânica e progressiva, cujo sentido podia ser resgatado pela correta compreensão das fontes. Assim, Wehling afirma categoricamente:

[...] o historicismo foi a influência intelectual mais importante nas origens do Instituto Histórico, dando coerência interna aos discursos dos fundadores e articulação ideológica e institucional às condições políticas dominantes no período, da afirmação conservadora, defesa da unidade política do país e de seu modelo de governo.¹⁰⁷

Deslocando a análise para o ponto de vista do conteúdo, as pesquisas têm apontado para o *exotismo* como uma das características recorrentes da produção intelectual no século XIX. Luiz Costa Lima procurou compreender a presença da natureza nas narrativas românticas no Brasil como fundamentalmente distinta de sua presença na literatura européia. Enquanto no Velho Mundo, a tematização da natureza continha um estímulo à auto-reflexão liberadora e seria, mesmo, contraponto crítico à sociedade instaurada, no Brasil, esse aspecto não podia ser explorado pelo próprio comprometimento dos escritores com o modelo de sociedade que se instaurava. Restou, ao mais inquietos, a válvula de escape da crítica ao colonialismo português.¹⁰⁸ Na ausência da crítica, a tematização da natureza permanecerá exótica e estimuladora de um *sentimentalismo extático*: “Deste modo, a natureza ou era cantada por sua exuberância ou se tornava o palco das lamentações da alma ferida”.¹⁰⁹

Antônio Candido e Costa Lima já haviam identificado em Ferdinand Denis uma das fontes principais de nosso exotismo romântico. Entretanto, coube a Maria Helena Rouanet aprofundar essa percepção pela análise da obra de Denis, concluindo que o exotismo fora a maneira pela qual a Europa recolonizou a América no século XIX. A autora utilizou a reflexão de Freud, que associou exotismo e domesticação, para concluir que, através da descrição exótica, o olhar

¹⁰⁶ *Ibidem*, pp. 96-7, 117.

¹⁰⁷ *Ibidem*, p. 109.

¹⁰⁸ Luiz Costa Lima. **O controle do imaginário**, p. 134.

¹⁰⁹ *Ibidem*, p. 135.

Europeu domesticou a alteridade americana, incorporando-a, por hierarquização pedagógica, à civilização ocidental.¹¹⁰

Maria Helena Rouanet destaca as singularidades do romantismo brasileiro confrontando-o com dois caminhos do movimento na Europa, a saber, o francês e o alemão. O primeiro via a natureza como um sentimento interior e anterior ao processo de socialização, em uma linhagem *rousseauiana* que pode assumir funções de crítica social. O romantismo alemão, por sua vez, legitimou-se pela noção de *Bildung*, esclarecida pelas idéias de superação, preservação e anulação; sentidos que estariam conjugados no campo semântico do conceito hegeliano de *aufheben*.¹¹¹ No Brasil, o culto romântico à natureza não poderia levar nem à interiorização crítica da subjetividade, nem à jornada formativa, pois sua tematização, ao contrário do caso europeu, estava limitada aos aspectos materiais e retóricos, pouco inclinada à abstração e evasão, denominada, por essa autora, como uma “natureza-ao-pé-da-letra”.¹¹²

A análise de Flora Süssekind procurou diferenciar o tipo de aprendizado que acompanha, por exemplo, o *Bildungsroman* — em que o sujeito emerge, ao fim da jornada, conciliando autoconhecimento e conhecimento do mundo — daquele da viagem naturalista, modelo do romantismo brasileiro, no qual “[...] o narrador já parece iniciar o trajeto formado, com sólidos conhecimentos de ciências naturais que apenas testa e amplia diante de novos espécimes e terras desconhecidas”.¹¹³

Essa mesma autora identificou a existência de dois momentos no *descriptivismo* paisagístico brasileiro. O primeiro, que predominou até a década de 1850, encontrou no viajante naturalista seu modelo preferencial, pois a tarefa que se impunha era inventariar, mapear o território da jovem nacionalidade. O segundo momento, a partir da década de 1850, preocupou-se em povoar, colonizar o mapa traçado no momento anterior. Nesse movimento, o homem transforma-se na questão central e o historiador substituiria o viajante como modelo narrativo.¹¹⁴

Outro ponto importante, no qual as análises parecem convergir, é a questão

¹¹⁰ Cf. Maria Helena Rouanet. *Op. cit.*, p. 72.

¹¹¹ *Ibidem*, pp. 246-7.

¹¹² *Ibidem*, 247.

¹¹³ Flora Süssekind. **O Brasil não é longe daqui**, p. 110.

¹¹⁴ *Ibidem*, p. 153.

da formação do público leitor e o problema da inexistência ou *existência precária de uma esfera pública burguesa* no Brasil Imperial. Como já discutido anteriormente, Antonio Candido entendeu a cooptação do escritor pelo Estado como uma das conseqüências da inexistência de um público leitor capaz sustentar uma atividade intelectual autônoma. A escassez do público já era objeto de reclamações e análises dos intelectuais desde o século passado. Em artigo, muito citado pelos autores que temos tratado, Machado de Assis atribuía as dificuldades institucionais do Império ao fato de que, no momento em que escrevia, 1876, o recenseamento geral havia mostrado que 70% da população era analfabeta. Na ausência de um público leitor, a escrita procurou se adaptar a um *público de auditores* congruente com a tradição retórico-declamativa:

Deste modo, formou-se, dispensando o intermédio da página impressa, um público de auditores, muito maior do que se dependesse dela e favorecendo, ou mesmo requerendo no escritor certas características de facilidade e ênfase, certo ritmo oratório que passou a timbre de boa literatura [...].¹¹⁵

Esse fenômeno de uma “literatura sem leitores” foi analisado por Costa Lima através do conceito de *auditividade*.¹¹⁶ Ao assumir a função pedagógica e orientadora sugerida por sua vinculação ao modelo de estado-nação, o intelectual no Brasil teve de abrir mão do trabalho das idéias para se dedicar ao convencimento e a persuasão dogmática através da palavra fácil, comovente, que se impunha não pelo conteúdo das idéias que transmitia, mas pela força das palavras como prolongamento da posição de quem escreve. O corpo, a pessoa do escritor, por sua voz, acompanha o texto para referendá-lo. Por isso, o leitor ideal seria aquele capaz de ouvir mais a voz do autor que as idéias do texto.

Em outro momento, Costa Lima procurou associar a auditividade à incapacidade de teorizar e ler, característica desse sistema intelectual.¹¹⁷ Ainda aqui, seria a ausência de um público leitor e de uma classe — como foi a burguesia no contexto europeu — capaz de enraizar o trabalho intelectual, o que impediria, no Brasil, o aprimoramento e aprofundamento do trabalho crítico. Por

¹¹⁵ Antonio Candido. "Letras e idéias no Brasil colonial", p. 81.

¹¹⁶ Estamos nos referindo novamente ao ensaio “Da existência precária: o sistema intelectual no Brasil” (**Dispersa demanda**, pp. 3-29). A opção pela *auditividade* não marca uma descontinuidade com a questão da oralidade já presente em Candido, mas é uma tentativa de diferenciá-la da oralidade característica das sociedades ágrafas (*Ibidem*, p. 16).

¹¹⁷ *Ibidem*, p. 40.

isso, o intelectual era levado a fundir seus interesses com os do Estado nacional. Haveria, então, uma crítica nacional, mas não uma crítica burguesa, que, ao longo do século XIX, seria forçada a refletir sobre o lugar do poético, na mesma proporção que o consenso de classe que sustentava sua ideologia fragmentava-se.¹¹⁸

O problema da precariedade da formação da esfera pública burguesa no Brasil, entendida a partir da reflexão habermasiana, já estava presente no ensaio “Questionamento da Crítica Literária”, escrito por Costa Lima em 1979. Nesse texto, Costa Lima procurou entender a fragilidade teórica e o baixo rendimento da crítica literária oitocentista a partir de sua concentração naquilo que chamou de crítica nacional — em que o pragmatismo nacional resolve o problema do poético. No livro “Literatura e Cordialidade”, Castro Rocha retoma a reflexão habermasiana para avançar uma compreensão global do sistema intelectual brasileiro. Traçando aquilo que chamou de campo discursivo desse sistema intelectual, em comparação com o modelo europeu, esse autor chegou ao seguinte quadro, composto pelos:

[...] pares antitéticos: o ‘banquete particular’ de Fielding / o ‘banquete público’ de Porto-Alegre; o primado da noção de autor / o primado da noção de pátria; a altivez de Samuel Johnson / a modéstia cortesã do sim senhor; o dicionário-metáfora do individualismo / o mapa-metáfora da totalidade; ‘o tempo é dinheiro’ de Benjamin Franklin / o tempo trívio de Gilberto Freyre; o cidadão e o espelho de Baudelaire / o alferes e o espelho de Machado de Assis; o indivíduo / a pessoa; o self-made man e o tímido homem de letras; o debate público / a conspiração num aposento de fundo; a ascensão social / o prestígio social; a ruptura / a conciliação; a recepção ficcional / a recepção quase pragmática.¹¹⁹

Como o próprio autor reconhece, os pares poderiam ser agrupados nos dois tipos habermasiano: o tipo “representatividade pública”, característico das sociedades de antigo regime e o tipo “esfera pública burguesa”. O sistema intelectual brasileiro é entendido, então, como marcado por fortes permanências “representativas”, cujo funcionamento sistêmico Castro Rocha sintetizou na expressão *cordialidade*. Para esse autor, o que explicaria a permanência do modelo “representativo” no sistema intelectual brasileiro seria a hipertrofia da esfera privada, que sufocou o surgimento de um espaço público burguês e, com ele, a própria possibilidade de uma recepção ficcional.

¹¹⁸ *Ibidem*, p. 202.

¹¹⁹ João Cezar de Castro Rocha. *Op. cit.*, p. 120.

Para encerrar este breve balanço, seria útil recapitular as principais características do sistema intelectual oitocentista, tal como foi reconstruído pelas pesquisas das últimas duas décadas. É pragmático — tanto na literatura quanto na historiografia — por sua vinculação com a nação; marcado pelo *auditividade/oralidade* e pela ausência de público leitor; não teórico e pouco crítico; falta-lhe um centro de decisão próprio; sua produção intelectual é marcada pelo híbrido das influências das Luzes e do historicismo. O narrador, nesse sistema intelectual, tem como modelo o viajante naturalista; o escritor identifica-se com o Estado-nação, mais do que com a sociedade. A historiografia privilegiou o cultivo da memória em detrimento da escrita da história e a literatura cultivou um descritivismo exótico e sentimental, alheio a qualquer jornada crítico-formativa. Eis o legado das últimas duas décadas, é com ele, e com uma leitura atenta das fontes que se procurou enfrentar as questões levantadas ao longo da tese.